

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA _ VARA DE FAMÍLIA
E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXX/DF**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXXXXXXXXX SSP/DF e do CPF nº XXXXXXXX, filho de Pai de tal e Mãe de tal, residente e domiciliado na XXXXXXXXXX/DF, CEP XXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXXXX, vem, a presença de Vossa Excelência, por meio da Defensoria Pública, com fulcro art. 24 da lei 5478/68, propor ação de

OFERTA DE ALIMENTOS

em favor de **Fulano de tal**, menor impúbere, representada pela genitora, **Fulano de tal**, nacionalidade, filha de Pai de tal e Mãe de tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXXXX, pelas razões de fato e direito a seguir aludidas.

DOS FATOS:

O requerente é genitor da requerida, conforme bem demonstra a certidão de nascimento, em anexo.

Assim, com fundamento nos artigos 226, 227 e 229, *caput*, da Constituição Federal, artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente e artigo 1.634 do Código Civil, e ciente de seus deveres e responsabilidades paternas, bem como das necessidades das crianças, oferta, a título de alimentos, o percentual de XX% (XXXXX) dos seus vencimentos brutos, excluídos os compulsórios, mais o auxílio creche e 13º salário.

Além disso, pretende que os valores sejam depositados mensalmente em conta bancária em nome da representante legal das filhas, até o dia X de cada mês.

DO PEDIDO:

Diante do exposto, requer:

- a) O benefício da justiça gratuita, por ser economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;
- b) a intimação do Ministério Público;
- c) A fixação dos alimentos provisórios em 7% (sete por cento) dos seus vencimentos brutos, excluídos os compulsórios, mais o auxílio creche e 13º salário, cujo valor será depositado na conta bancária da genitora das menores até o dia 5 de cada mês;
- d) Seja oficiado ao setor de pessoal da empresa Brasfort, sito SAAN, Quadra 1, Lotes 625/635, para que proceda com os descontos da folha e pagamento do autor e os deposite na conta bancária da representante da criança;

- e) a citação da representante legal da requerida para apresentar resposta, no prazo legal, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
- f) A procedência do pedido, fixando os alimentos definitivos nos mesmos valores pleiteados no item 'c';
- g) a condenação da requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os últimos a serem revertidos em favor do Programa de Assistência Judiciária - PROJUR (art. 5º, inciso II, da Lei Distrital nº 2131, de 12.11.98), a serem recolhidos junto ao XXXX.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXX

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXX, XX de XXXXXX XXXX.

autor

FULANO DE TAL
Defensor Público

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXXXXX SSP/DF e do CPF nº XXXXXXXX, filho de Pai de tal e Mãe de tal, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX/DF, CEP XXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXXXX, declaro para os devidos fins que sou residente e domiciliado no endereço acima.

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA E DE RESIDÊNCIA instituída pela
Portaria nº 38, de XX de XXXX de XXXX.**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXXXXXXX SSP/DF e do CPF nº XXXXXX, filho de Pai de tal e Mãe de tal, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX/DF, CEP XXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, **DECLARO**, nos termos da Lei nº 7.115, de 29/08/1983 e ainda, com a finalidade de obter os benefícios da gratuidade da justiça (Lei nº 1.060, de 05/02/1950), que não possui condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio ou da família, estando ciente de que, se falsa for esta declaração, incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além do pagamento de até 10 (dez) vezes os valores das custas judiciais sonegadas (Lei nº 1.060/50, art. 4º §1º).

Declaro, ainda, estar ciente de que, ocorrendo mudança de endereço, esta tem que ser imediatamente comunicada ao juízo.

De igual forma declaro também que: A) não possuo renda superior a 5 (cinco); B) não possuo recursos financeiros ou aplicações superiores a 20 (vinte) salários mínimos vigentes; C) não sou proprietário, usufrutuário de mais de um imóvel. Conforme resolução nº 12/6/2015. DPDF.

Assim, me comprometo a comparecer quinzenalmente ao fórum ou à Defensoria Pública para acompanhar ou dar andamento ao processo, ficando ciente de que, nos termos do inciso III do art. 267, do Código de Processo Civil, o processo será extinto, sem resolução de mérito, quando o autor deixar de promover os atos e diligências que lhe competir.

XXXXXXX - DF, XX de XXXXXXXX de XX.

Assinatura do (a) Requerido (a)

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO

Afirmo que orientei a(o)(s) Requerente(s) sobre o teor dessa Declaração, sobre quem pode ser beneficiado pela Assistência Judiciária (ou Justiça Gratuita) e sobre quais as possíveis consequências da falsa declaração.

XXXXXXX - DF, XX de XXXXXXXX de XX.